

MOVIMENTO DOS MARINHEIROS: EXPERIÊNCIAS E DEMANDAS DOS MARINHEIROS DA MARINHA DE GUERRA BRASILEIRA (1962-1964)

ROBERT WAGNER PORTO DA SILVA CASTRO*
EDGAR ÁVILA GÂNDRA**

Resumo: *O presente artigo busca reconstruir a trajetória de um militar específico na Marinha do Brasil, através da memória reavivada, especialmente entre os anos de 1962-1964 na cidade do Rio de Janeiro. E a partir da análise de suas memórias busca-se um melhor entendimento acerca das experiências dos marinheiros na urbe fluminense, de suas demandas relativas a questões sociais atinentes à carreira e a atividade militar naval. Visto que as demandas desses militares encontravam barreiras de diversas ordens, principalmente pela negação da alta administração naval em abrir espaços de negociação referente aos direitos básicos dos praças menos graduados dessa força. Analisando ainda a escalada da crise entre o Conselho do Almirantado e a Associação de Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil, como parte integrante do processo que culminou com o golpe civil militar no ano de 1964.*

Palavras-chave: *Marinheiros; Memória; Radicalização; Demanda social.*

Abstract: *This article seeks to reconstruct the trajectory of a specific military in the Navy of Brazil, through the revived memory, especially between the years 1962-1964 in the city of Rio de Janeiro. And from the analysis of his memories seek a better understanding of the experiences of sailors in the state metropolis and its demands related to social issues and those relating to career and naval military activity. Since the demands of these military found several orders barriers, especially the denial of high naval administration in open trading areas related to basic rights of junior squares that force. Still analyzing the escalating crisis between the Admiralty Board and the Sailors and Marines Association of Brazil, as part of the process that culminated in the military coup civil in 1964.*

Keywords: *Sailors; Memory; Radicalization; Social demand.*

INTRODUÇÃO

Em se tratando de um tema ainda tão «vivo» na história de nosso país; o golpe civil-militar de 1964 e os anos que o antecederam na década de 1960, caracterizados por intensa efervescência política e social; vem sendo, cada vez mais, objeto de estudo na área da historiografia. Neste sentido, o presente trabalho visa discutir as motivações da mobilização dos marinheiros da Marinha de Guerra Brasileira, ocorrida no contexto turbulento dos anos iniciais da década de 1960, em especial, a radicalização do movimento no ano de 1964, suscitando, assim, um debate em torno da relação entre as reivindicações daqueles

* UFF/UFFPeL.

** UFRGS/UFFPe/CITCEM.

militares e o caráter político de seu movimento, em um contexto político-social tensionado do período em questão.

Sendo assim, optamos por utilizar a memória de um ex-marinheiro como instrumento para buscar uma melhor compreensão das experiências e da realidade vivenciada por aqueles militares enquanto integrantes de um segmento específico dentro da categoria militar, neste caso, na Marinha do Brasil. Ex-marinheiro este, doravante nominado «Entrevistado A»¹, que tivera participação destacada na assembleia comemorativa do segundo aniversário de fundação da Associação de Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil (AMFNB) realizada na sede do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro, entre os dias 25 e 27 de março de 1964. Aparecendo ao lado do almirante Cândido Aragão² em algumas fotografias emblemáticas da supramencionada assembleia. Sendo, portanto, testemunha dos desdobramentos da mobilização dos marinheiros desde 1962, e especialmente da assembleia do dia 25 de março de 1964, ponto alto da radicalização do movimento.

Deste modo, a partir da análise das memórias de um ex-marinheiro, e em menor medida de outras fontes de memória relativas a outros ex-marinheiros, além de fontes oficiais e jornalísticas; este artigo tem como objetivo reconstruir a trajetória deste ex-militar na Marinha, em especial entre os anos de 1962 e 1964, e assim, contribuir para um melhor entendimento da relação entre antigas demandas sociais básicas inerentes aos praças das graduações iniciais³ da Marinha do Brasil e a mobilização desses militares em um cenário político tensionado da história brasileira.

Neste sentido, a busca por fontes de memória relativas ao período histórico abordado no presente artigo se mostra muito instigante e desafiadora, sobretudo no que concerne às fontes orais, tendo em vista que os entrevistados ainda demonstram muito receio de represálias por parte das instituições envolvidas no golpe de 1964, especialmente das Forças Armadas. Por vezes, os mesmos utilizam-se do artifício do anonimato como condição para conceder as entrevistas de História Oral, e durante as mesmas, o silenciamento diante de alguns questionamentos também revela muito ao historiador, reafirmando a ideia de questão «mal resolvida», ou seja, de um tema ainda muito «vivo», como colocado anteriormente. Sendo assim, cabe ressaltar o posicionamento de Daniel Aarão Reis sobre a memória, onde ele afirma que «imersa no presente, preocupada com o futuro, quando suscitada, a memória é sempre seletiva. Provocada, revela, mas também silencia»⁴. No caso dos marinheiros, este silenciamento e a tendência de fundamentar suas memórias a

¹ Entrevista realizada pelo autor em 21 de novembro de 2013. A mesma foi concedida sob a condição de anonimato perpétuo quanto à divulgação da identificação do entrevistado em artigos, dissertações ou quaisquer trabalhos que possam ser publicados.

² Vice-almirante Cândido da Costa Aragão, oficial general que ocupava o cargo de comandante do Corpo de Fuzileiros Navais e que sempre se mostrou simpático às reivindicações dos marinheiros, constituindo-se em um dos mais importantes apoiadores do movimento.

³ Conforme Art. 3.º do Regulamento para o Corpo do Pessoal Subalterno da Armada, as graduações iniciais na Marinha do Brasil são «taifeiros», «grumetes», «marinheiros» e «cabos». Sendo que de acordo com o Regulamento do Corpo do Pessoal Subalterno do Corpo de Fuzileiros Navais, em termos hierárquicos as graduações de «marinheiro» e «soldado fuzileiro naval» se equivalem, contando a antiguidade pelo tempo na referida graduação.

⁴ REIS, 2004: 29.

partir de questões do presente e perspectivas de futuro, são aspetos muito presentes durante as entrevistas. Isto se deve ao facto de ser este tema ainda muito presente na vida desses ex-militares, tendo em vista que, após o golpe civil militar, muitos foram expulsos da Marinha e, além de temerem represálias por parte de segmentos das Forças Armadas, ainda lutam na justiça em ações de carácter indenizatório.

Num primeiro instante procuraremos analisar a memória, especialmente aquelas oriundas do discurso, e suas possibilidades enquanto fonte historiográfica, bem como sua relevância na reconstrução de uma trajetória específica, contribuindo, a partir de indícios em narrativas para uma melhor compreensão da trajetória de um segmento específico no recorte temporal em questão.

Em seguida, na medida em que «no primeiro plano da memória de um grupo, se destacam as lembranças dos eventos e das experiências que dizem respeito à maioria de seus membros e que resultam de sua própria vida ou de suas relações com grupos mais próximos»⁵, analisaremos a memória individual de «Entrevistado A» enquanto parte integrante da memória dos marinheiros que se mobilizaram entre os anos de 1962 e 1964, especialmente no que concerne às demandas daqueles militares junto à alta administração naval. E das relações estabelecidas com outros segmentos sociais, até mesmo com a própria oficialidade da Marinha, abordagem esta ainda pouco trabalhada historiograficamente. Sob a perspectiva da História Social, analisaremos a memória reavivada de «Entrevistado A» e em parte a própria mobilização dos marinheiros, no contexto do «conjunto das relações sociais»⁶, enquanto um movimento de cunho social e de carácter essencialmente reivindicatório.

Desta maneira, a luz do «paradigma indiciário» de Carlo Ginzburg, a partir da análise das memórias de um integrante do movimento dos marinheiros, buscaremos uma melhor compreensão acerca das demandas daqueles militares e da própria radicalização de seu movimento no contexto dos anos iniciais da década de 1960. Ou seja, fundamentados na teoria de Ginzburg⁷, na qual alguns indícios podem ser assumidos enquanto elementos reveladores de fenômenos mais gerais, buscaremos neste artigo, «a partir de dados aparentemente negligenciáveis, remontar a uma realidade complexa não experimentável diretamente»⁸.

Por fim, serão apresentadas algumas demandas específicas dos marinheiros e o contexto político-social em que seu movimento estava inserido nos anos iniciais da década de 1960, analisando ainda os «ditos e não ditos» nas memórias do ex-marinheiro «Entrevistado A», bem como a própria radicalização do movimento dos marinheiros no ano de 1964 e a repressão sobre seus integrantes no instante posterior ao golpe.

Além de apresentar uma contribuição para o estudo sobre a relevância da questão social latente nas Forças Armadas brasileiras durante o recorte temporal aqui abordado,

⁵ HALBWACHS, 2003: 51.

⁶ THOMPSON, 2001: 248.

⁷ GINZBURG, 1991: 178.

⁸ GINZBURG, 1991: 152.

em especial na Marinha do Brasil, este artigo busca, também, contribuir para um melhor entendimento da vivência daqueles militares da Marinha, tanto em seu ambiente laboral quanto na própria sociedade do Rio de Janeiro. Uma vez que se tratava de militares com remunerações muito baixas, pouca instrução e em sua maioria, oriundos de outros estados do país, evidenciando, assim, as experiências desse segmento social em um período tensionado da história brasileira, sobretudo no tocante às suas reivindicações por direitos sociais, melhorias na carreira e nas condições de trabalho.

A MEMÓRIA EM EVIDÊNCIA

Ao analisarmos o movimento dos marinheiros, inserido no contexto de efervescência político-social vivido pelo Brasil, sobretudo a partir da posse de João Goulart⁹ na Presidência da República no ano de 1961, após a renúncia do então presidente Jânio Quadros, podemos estabelecer um debate, no qual o presente artigo não pretende esgotar, acerca das motivações da mobilização daqueles militares e da radicalização de seu movimento no contexto tensionado em que a sociedade brasileira se encontrava no ano de 1964. Através da análise das narrativas do «Entrevistado A» poderemos perceber as reais demandas daqueles praças da Marinha, tanto no que concerne à atividade militar naval, quanto às questões relativas a direitos que lhes eram negados juntamente com a situação de fragilidade social a que ficavam expostos na cidade do Rio de Janeiro. Suscitando, assim, questionamentos sobre o caráter político do movimento dos marinheiros em detrimento de suas demandas, que compreendemos como fator que conferia unidade aquele segmento de militares, sem considerarmos aspectos de identidade¹⁰ relativos à atividade marinheira.

Deste modo, nos deparamos com aquilo que Alessandro Portelli¹¹ chama de memória dividida, onde uma memória oficial procura afirmar o caráter essencialmente político da mobilização dos marinheiros entre os anos de 1962 e 1964, enquanto nas memórias dos integrantes do movimento, mesmo se tratando de «uma multiplicidade de memórias fragmentadas e internamente divididas»¹², é possível perceber significativa relevância dos aspectos relacionados às suas demandas em detrimento de questões políticas do período em tela. Corroborando a ideia de que ao analisarmos as «memórias subterrâneas das mino-

⁹ Vice-presidente de Jânio Quadros que não gozava da simpatia das elites brasileiras e de grande parte da oficialidade das Forças Armadas por sua proximidade com as esquerdas. Quando da renúncia de Jânio Quadros à Presidência da República, João Goulart, que estava em visita à China comunista, legalmente deveria ser empossado presidente, mas parte das Forças Armadas se opôs à sua posse, gerando uma crise que só não culminou com um golpe civil militar ainda em 1961, devido a um movimento conhecido como «Campanha da Legalidade», liderada pelo então governador do estado do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, com apoio de significativo contingente do Exército Brasileiro sediado naquele estado. Esta resistência favoreceu um acordo político que garantiu a posse de João Goulart na Presidência da República naquele mesmo ano.

¹⁰ Mesmo não sendo este o foco de análise do presente artigo, entendemos que a questão da identidade dos marinheiros, e aqui nos referimos especificamente aqueles praças que efetivamente exercem atividades a bordo das embarcações, passa necessariamente pelo entendimento de Thompson acerca do conceito de experiência. Acreditamos ser esta uma discussão que merece ser aprofundada.

¹¹ PORTELLI, 2006: 106.

¹² PORTELLI, 2006: 106.

rias, dos marginalizados e dos excluídos»¹³, torna-se possível compreender de modo mais aprofundado como determinados acontecimentos políticos ocorrem, e que só ocorrem a partir de pressões sociais. Nesta medida, de acordo com Tania Regina de Luca¹⁴ citando Thompson, «ao propor que se adotasse a perspectiva dos vencidos, a história vista de baixo, traz-se ao centro da cena a experiência de grupos e camadas sociais antes ignorados».

Considerando que a memória não se reduz ao simples ato de recordar, podemos observar diversas concepções sobre a mesma. Para Maurice Halbwachs¹⁵, a memória seria um fenômeno social, ou seja, construído de modo coletivo, possibilitando, assim, que as pessoas se lembrem de fatos específicos. Desta maneira, cria-se a ideia de uma memória coletiva que abarca toda uma influência da cultura social na sua formação. Faz sentido analisar o fato de que os indivíduos dialogam entre si, criando-se assim uma linha tênue entre diferença e identidade, formadores de memórias que só podem ser significadas e reconstruídas a partir da vivência de uma sociedade ou grupo social específicos.

Para Marilena Chauí, a memória «é a capacidade humana de reter e guardar o tempo que se foi salvando-o da perda total»¹⁶. Já para Alessandro Portelli «a memória é um processo individual, que ocorre em um meio social dinâmico»¹⁷, ou seja, é um fenômeno essencialmente individual que se constrói a partir das relações sociais entre os indivíduos integrantes de um determinado grupo.

Ainda que a memória seja uma capacidade humana, como afirma Chauí¹⁸, e, portanto individual enquanto faculdade mental, faz-se necessário considerar que a memória constitui-se também em um elemento fundamental para a construção ou (re)afirmação de identidades (culturais ou coletivas). Neste aspecto, segundo Halbwachs¹⁹, para que lembranças sejam reconstruídas sobre uma base comum, é necessário que existam muitos pontos de contato entre as memórias individuais. E que essas lembranças se distribuam individualmente «dentro de uma sociedade grande ou pequena, da qual são imagens parciais [...], portanto, existiriam memórias individuais e, por assim dizer, memórias coletivas»²⁰.

Acerca da «memória coletiva» Joel Candau considera:

[...] impossível admitir que essa expressão designe uma faculdade, pois, a única faculdade de memória realmente atestada é a memória individual [...] a expressão «memória coletiva» é uma representação, uma metamemória, quer dizer, um enunciado que membros de um grupo vão produzir a respeito de uma memória supostamente comum a todos os membros desse grupo»²¹.

13 POLLAK, 1989: 4.

14 LUCA, 2011: 113.

15 HALBWACHS, 2003: 39.

16 CHAUÍ, 1995: 125.

17 PORTELLI, 1997: 16.

18 CHAUÍ, 1995: 125.

19 HALBWACHS, 2003: 39.

20 HALBWACHS, 2003: 71.

21 CANDAU, 2014: 24.

Mesmo não sendo a memória coletiva uma capacidade de memória, como afirma Candau, enquanto fenômeno de interação social dentro de um grupo ou segmento, onde lembranças individuais convergem em diversos pontos constituindo uma base comum, ela é um elemento fundamental para a construção ou (re)afirmação de uma identidade e o estabelecimento de suas fronteiras. Na medida em que, segundo Kathryn Woodward²², a identidade de um determinado grupo é relacional, ou seja, constitui-se a partir da relação e da diferença relativa a outras identidades, também vincula-se a aspectos e condições sociais e materiais.

A memória, como instrumento de reconstrução da trajetória de determinados grupos não abarcados pela «memória oficial», está intimamente relacionada com a ideia de cultura política. Inserida no contexto da renovação da história política com René Rémond, a cultura política consiste em «um fenômeno de múltiplos parâmetros, que não leva a uma explicação unívoca, mas permite adaptar-se à complexidade dos comportamentos humanos»²³.

Assim, o trabalho de reconstrução da trajetória do ex-marinheiro «Entrevistado A», enquanto integrante de um segmento específico de militares durante os anos de 1962-1964, fundamentado principalmente na análise de fontes orais, como o que se propõe este artigo, não pode ser realizado sem considerarmos que, como os demais tipos de fontes com as quais o historiador trabalha por força de seu ofício, as fontes de memória são também dotadas de determinado grau de subjetividade, mas com a característica de ser «volátil» de acordo com as demandas do presente. Ou, nas palavras de Pierre Laborie, a memória «se constrói sob influência dos códigos e das preocupações do presente, por vezes mesmo em função dos fins do presente»²⁴. Esta característica não diminui sua relevância enquanto fonte a ser trabalhada pelos historiadores, mas no contexto de um passado «rejeitado» por grande parte da sociedade brasileira, como ao que nos remete o período analisado no presente artigo, devemos tomar o cuidado de não sobrepor a memória à história, entre as quais, no entender de Denise Rollemberg, existe um «abismo aprofundado com o tempo [...] num confronto em que os personagens e os testemunhos assumiram a missão de guardiães da memória, arautos da história»²⁵. Cabe sim ao historiador analisar a memória enquanto fonte, sem tomá-la enquanto verdade cristalizada, e ainda, ciente de que «a memória acompanha a mudança, contudo, também resiste às mudanças que optamos por não fazer»²⁶. Deste modo, optamos por tomar como fonte principal neste artigo as memórias de um ex-marinheiro que conheceu algumas das principais lideranças da mobilização e teve destacada participação em um evento emblemático e revestido de significado no processo que culminou com o golpe civil militar em 1964 – a assembleia comemorativa pelo segundo aniversário de fundação da AMFNB realizada em 25 de março daquele mesmo ano – analisando-as não como verdades incontestas, mas como representações de um passado a partir da perspectiva de alguém que o vivenciou.

²² WOODWARD, 2014: 13.

²³ BERSTEIN, 1998: 350.

²⁴ LABORIE, 2009: 80.

²⁵ ROLLEMBERG, 2009: 378.

²⁶ PORTELLI, 1997: 33.

FRUTO DE SEU MEIO

Os marinheiros da Marinha de Guerra Brasileira constituem um segmento específico dentro das Forças Armadas, pois são militares que exercem uma atividade marinheira, da qual são depositários de suas tradições e costumes, ocupando espaços na sociedade, que são comumente relacionados a aspetos depreciativos da condição humana. Em parte, isto se deve às características muito comuns ao *locus* portuário, ambiente este onde atividades como a prostituição, o consumo excessivo de álcool e a violência estão muito presentes. Neste sentido, a historiografia apresenta poucas análises acerca das origens das mobilizações desses militares, as quais entendemos estarem fundamentadas em questões sociais e de direitos, se atendo mais especificamente aos desdobramentos políticos de suas mobilizações.

Nesse contexto, podemos considerar que, em sua gênese, a AMFNB tentava diminuir a acentuada diferença social existente entre oficiais e praças na Marinha do Brasil. Tal tentativa se materializava em ações de caráter assistencial, empreendidas junto aos associados e suas famílias, tais como: assistência médica e jurídica, desenvolvimento de projetos de incentivo à educação com parcerias que proporcionavam o acesso às salas de aula, cursos de etiqueta básica, cursos de inglês, atividades recreativas (bailes, futebol e passeios pela cidade), amparo aos soldados e grumetes «recém-embarcados»²⁷ na Marinha (principalmente aqueles oriundos de outros estados do país) e ajuda aos marinheiros que desejassem abandonar vícios como o jogo e o alcoolismo. Tal situação contrastava com a realidade dos oficiais, cujo condicionamento cultural e intelectual durante o curso de formação, visava prepará-lo para representar o Brasil no exterior por ocasião das constantes viagens que realizaria durante sua carreira naval. Esse cenário de contrastes se agudiza, tendo em vista a origem da maioria dos praças da força naval brasileira, oriundos das camadas menos favorecidas da sociedade.

Deste modo, evidenciava-se um conflito iminente, que no entendimento do ex-marinheiro Antônio Duarte, seria «originado na estrutura envelhecida da Marinha, como se a instituição tivesse o direito de fazer do soldado uma propriedade semelhante a que se tinha na época da escravidão»²⁸. No entendimento do ex-marinheiro Avelino Capitani²⁹, o referido conflito teve suas origens fundadas nas características específicas da força naval brasileira:

*A Marinha tem características diferentes das demais Forças Armadas, pois sua estrutura social não acompanhou seu desenvolvimento tecnológico. Aí temos o fundo da questão, que é político-social e geradora de todos os fatos posteriores. A Marinha evoluiu tecnicamente por necessidade, mas manteve o marinheiro na antiga e arcaica estrutura social de mando, sufocando problemas e reivindicações de quase um século. A velha ordem imperial persistia na Marinha apesar do progresso da humanidade*³⁰.

²⁷ Na Marinha do Brasil o termo «embarcar» refere-se a ingressar em alguma Organização Militar (OM), sendo quartéis ou navios. Deste modo, o termo «recém-embarcado» é utilizado para especificar aquele militar recém chegado na Marinha e/ou em uma OM da força naval.

²⁸ DUARTE, 2005: 93.

²⁹ CAPITANI, 1997: 17.

³⁰ CAPITANI, 1997: 17.

Antônio Duarte e Avelino Capitani foram membros da segunda diretoria da AMFNB. Com perfil combativo e politizado, ambos tiveram destacada participação no movimento dos marinheiros. Em suas memórias, no que concerne à condição de vida e às relações estabelecidas com a oficialidade, tanto Duarte quanto Capitani estabeleceram uma relativa semelhança entre o que vivenciaram na Marinha e a realidade escravista brasileira. Esta aproximação entre duas realidades distintas está relacionada às demandas dos marinheiros e não propriamente às características do trabalho escravo, que não existia na Marinha durante o recorte temporal abordado no presente artigo. Os baixos salários, a acentuada diferença social existente entre oficiais e praças, associados ao rigoroso regulamento disciplinar³¹ que os impedia de contrair matrimônio³² e de trajar roupas civis quando em folga fora de suas residências³³, nos confere um melhor entendimento acerca da construção das narrativas de memórias desses dois ex-militares sobre suas experiências de vida na Marinha. Neste contexto, podemos analisar o início da trajetória de «Entrevistado A» na Marinha de Brasil a partir de sua narrativa:

[...] Eu entrei pra Marinha em dezembro de cinquenta e nove, fui para a escola³⁴ em Santa Catarina, aí passei todo ano de sessenta lá e em dezembro de sessenta fui para o Rio³⁵, onde embarquei no Cruzador Barroso³⁶ [Grifo meu] e a minha vida de Marinha foi toda ela embarcado no Cruzador Barroso. [...]

Com sua sede no Rio de Janeiro e, conseqüentemente, com a maioria dos quartéis e navios situados também naquela cidade, a maior parte dos militares, após concluírem seus cursos de formação, tinha como destino o Rio de Janeiro. Natural da cidade de Pelotas-RS, «Entrevistado A» teve destino semelhante. Em sua narrativa o ex-militar nos apresenta como se dava o processo de designação para os navios e deixa evidente uma relativa satisfação quanto à belonave na qual serviu durante os anos em que esteve na ativa da força naval.

[...] agente escolhia três lugares pra servir, e aí a Marinha designava dos três qual lugar que agente iria, dentro da, como é que vou dizer, do número de vagas que tivesse pra embarque. E aí eu não me lembro se eu cheguei a escolher o Cruzador Barroso, que na época eu acho que eu não escolhi porque na época a turma falava muito que era ruim servir lá. Mas por sinal se hoje entrasse pra Marinha e tivesse o Cruzador Barroso eu gostaria de servir nele de novo, não era nada daquilo que a turma imaginava. [...]

Ao observar as palavras de «Entrevistado A», é possível constatar que não havia qualquer intenção da administração naval em considerar os locais de origem dos mari-

³¹ Regulamento Disciplinar para a Marinha (RDM).

³² Item 52 do Art. 7.º do Regulamento Disciplinar para a Marinha.

³³ Item 39 do Art. 7.º do Regulamento Disciplinar para a Marinha.

³⁴ A Escola de Aprendizes-Marinheiros de Santa Catarina (EAMSC) constituía-se em um dos muitos centros de formação de marinheiros para o serviço ativo na Marinha espalhados pelo território brasileiro.

³⁵ Aqui o entrevistado se refere à cidade do Rio de Janeiro.

³⁶ Juntamente com o Cruzador Tamandaré, constituía-se na mais poderosa belonave da Marinha do Brasil.

neiros na designação das organizações militares para onde os mesmos seriam enviados para servir, e ainda, que a escolha fosse feita com base nos comentários de outros militares. A designação final era determinada pela administração naval a partir das vagas disponíveis, sobretudo para os navios.

Ao chegar à cidade do Rio de Janeiro, os marinheiros se deparavam com dificuldades de diversas ordens, especialmente aqueles oriundos de outros estados do país. Entre as principais dificuldades estavam aquelas que suscitaram as principais demandas do movimento dos marinheiros da AMFNB, isto é, aquelas relacionadas aos baixos salários e aos regulamentos internos da Marinha. Neste sentido, «Entrevistado A» nos apresenta algumas das dificuldades enfrentadas pelos marinheiros, que suscitariam demandas por parte da Associação e dos próprios marinheiros junto à alta administração naval:

[...] *Aí fomos embora pro Rio, cheguei no Rio... nós não podia casar. Aí também é outra parte que eu vou chegar. Nós não podia casar, marinheiro não podia casar. Até porque o dinheiro não tinha como casar. Bom, aí fui pro Rio... Aí morava a bordo*³⁷. *Não tinha como pagar aluguel! Morava a bordo, no Barroso*³⁸.

*E mas aí depois, passou um tempo, o meu irmão alugou um barraco lá no Santo Cristo*³⁹ [Grifo meu], *ali perto da Central*⁴⁰. *Aí alugou, alugou um quarto lá. E aí, aí comecei, aí morava com ele. Ficava mais a bordo do que, do que no quarto. Bom, e aí por causa disso e de outras coisas mais, como por exemplo o salário. O salário que era, não chegava a salário mínimo, entende? Era o salário e outras coisas mais que eles prometeram que iam criar, foi fundada a associação pra reivindicar esse tipo de coisa. O salário, o casamento. Por que quando nós chegamos no Rio, marinheiro era marginalizado. Por quê? O cara com o que ganhava como é que ia procurar mulher? Não tinha condições! O que que o cara fazia? O cara vivia ali, na Central do Brasil. E ali tava sempre cheio de vagabunda. E o marinheiro ia ir aonde? Se metia sempre no meio das vagabunda ali entendeu!? O nosso meio social, de quem não era de lá, de quem não tinha família lá, era tá no meio das vagabunda ali. [...]*

O trecho da narrativa de «Entrevistado A» evidencia uma situação que se apresentava à época na cidade do Rio de Janeiro, onde a imagem do marinheiro era constantemente associada a do elemento relacionado à malandragem, vícios, brigas, farras e ao pouco desenvolvimento intelectual. Não diferindo da concepção popular acerca do *locus* portuário, como já mencionado anteriormente, e as atividades profissionais que tinham neste espaço o seu ambiente de trabalho, lazer e moradia. Considerando que, conforme o trecho da narrativa acima nos apresenta, muitos marinheiros moravam em bairros da zona portuária da urbe fluminense e outros a bordo dos navios em que eram lotados.

³⁷ Aqui o entrevistado refere-se à prática muito comum entre os praças das graduações iniciais na Marinha, que devido aos baixos salários residiam no próprio navio ou quartel em que trabalhavam.

³⁸ Aqui o entrevistado refere-se ao navio Cruzador Barroso.

³⁹ Bairro situado na zona portuária da cidade do Rio de Janeiro, nas proximidades da Estação Ferroviária Central do Brasil. Esta localidade se destacava pela significativa concentração de um contingente populacional de baixa renda.

⁴⁰ Estação Ferroviária Central do Brasil, situada na área central da cidade do Rio de Janeiro, nas proximidades da região portuária, popularmente conhecida como «Central».

Deste modo, se construiu um preconceito em relação aos marinheiros, que ultrapassava os limites da força naval, como exposto pelo historiador Flávio Rodrigues:

Sua imagem, aos olhos dos paisanos [...] correspondia em geral ao estereótipo do indivíduo desgarrado e de moralidade duvidosa, frequentador de prostíbulos e violento, toxicômano e alcoólatra: [...] por vezes, as mulheres mudassem de lugar nos ônibus, quando um marinheiro sentava-se ao seu lado [...] para não serem «confundidas»⁴¹.

O posicionamento de Flávio Rodrigues corrobora o relato do «Entrevistado A» acerca do aspeto marginal conferido aos marinheiros no seio da sociedade, especificamente no Rio de Janeiro:

[...] as famílias não aceitava marinheiro. Deus o livre que uma moça fosse namorar um marinheiro! De jeito nenhum! Eu tinha, eu arrumei uma namorada em Copacabana⁴², ela era empregadinha em Copacabana, o dia que eu disse pra ela que eu era marinheiro, terminou o namoro, na mesma hora, ela... nunca mais! Então agente, agente na realidade a gente era marginalizado. [...]

Neste sentido, o movimento dos marinheiros em 1964 fora uma resposta destes militares às dificuldades que enfrentavam na Marinha, diante da indiferença e até mesmo da contrariedade de seus superiores em buscar soluções para antigas demandas. Assim, mesmo sendo fundada com objetivos assistencialistas, era praticamente inevitável que a AMFNB não procurasse, junto ao alto escalão da Marinha, mudar a difícil realidade de trabalho e de vida dos militares de menor graduação. A referida tendência às reivindicações ocorreu porque nesta associação marinheiros e fuzileiros discutiam questões ligadas à rotina a bordo, às suas necessidades e aos antagonismos em relação aos oficiais⁴³.

Ao negar o reconhecimento e a pertinência das demandas do movimento dos marinheiros, e ao não estabelecer um canal de diálogo com estes, entendemos que a alta administração naval contribuiu sobremaneira para a radicalização do movimento dos marinheiros.

A MOBILIZAÇÃO

A fim de propiciar um melhor entendimento acerca da mobilização dos marinheiros e soldados fuzileiros, sobretudo a partir do ano de 1963, historiaremos sobre os dois grupos que disputaram a diretoria da AMFNB. A primeira diretoria, cujo presidente era o cabo artilheiro⁴⁴ João Barbosa de Almeida, propunha uma aproximação com a administração

⁴¹ RODRIGUES, 2004: 60.

⁴² Bairro nobre da cidade do Rio de Janeiro.

⁴³ Seguindo o entendimento de E. P. Thompson no que concerne à definição de uma classe por suas relações com as demais, neste caso a relação entre oficiais e os praças nas graduações iniciais da Marinha.

⁴⁴ Especialidade militar naval referente à artilharia, isto é, aquele que é capacitado para operar, manter e reparar o armamento portátil e fixo nos navios e quartéis da Marinha.

naval a fim de obter facilidades e benefícios para a entidade, como o desconto das mensalidades em folha de pagamento, mas enfrentava oposição interna de um grupo mais combativo e politizado, composto basicamente por homens que serviam embarcados. Em abril de 1963 foram convocadas eleições antecipadas, devido às divergências internas à associação entre os dois grupos supramencionados. Com a vitória do grupo mais combativo a AMFNB seguiu o rumo traçado por sua nova diretoria, que apontava para a radicalização e a aproximação de grupos civis ligados a luta social. O presidente desta segunda diretoria era o marinheiro de 1.^a classe José Anselmo dos Santos⁴⁵, que indicava a tendência do combate na arena política para alcançar as mudanças desejadas, postura esta favorecida pelo cenário de efervescência política vigente no país durante o período em tela.

Com a ascensão do grupo mais combativo à direção da AMFNB o distanciamento entre o Conselho do Almirantado⁴⁶ e o movimento dos marinheiros tendeu a aumentar, pois aquele exigia que a associação alterasse seu estatuto, dele silenciando tudo que não dizia respeito a problemas de natureza cívica, cultural, beneficente e desportiva. Para que assim pudesse ser reconhecida pela alta administração naval e deste modo pudesse recolher as mensalidades de seus associados diretamente na folha de pagamento. Da mesma maneira como a Associação dos Taifeiros da Armada⁴⁷ (ATA) procedia junto ao seu quadro de associados. A diretoria da AMFNB por sua vez, rejeitava este discurso e cobrava em assembleias e manifestações em atos políticos a reformulação do Regulamento Disciplinar para a Marinha, melhores salários e condições de serviço, o reconhecimento de sua associação pela força naval, a estabilidade na carreira, direito ao voto e ao casamento, além de poder usar trajes civis nos horários de folga. Nas palavras do ex-integrante da AMFNB, Paulo Fernando⁴⁸, as respostas da alta administração que os marinheiros esperavam para as suas demandas, encontravam na associação uma possibilidade de alcançá-las ou ao menos de obter apoio diante das dificuldades enfrentadas na Marinha. Como é possível observar no trecho da entrevista concedida pelo ex-militar:

[...] *Então a associação pra quem queria algo diferente na Marinha, poder estudar, ela dava uma... [frase incompleta] Só que as reivindicações, nós não podia andar civil⁴⁹ na rua, era umas das reivindicações era andar civil. Por que depois da meia noite, mesmo fardado, mesmo*

⁴⁵ Conhecido como «cabo» Anselmo, este militar teve papel preponderante no processo de radicalização do movimento dos marinheiros, pois, foi sob sua liderança que a AMFNB rompeu definitivamente com a alta administração naval em março de 1964, por ocasião da assembleia comemorativa do segundo aniversário de fundação da associação, apoiando publicamente em discursos inflamados o projeto reformista de João Goulart, bem como movimentos sindicais e estudantis que figuravam à esquerda na arena política.

⁴⁶ Órgão consultivo da administração naval, então composto por todos os oficiais gerais efetivos do Corpo da Armada, conforme o Regulamento do Conselho do Almirantado.

⁴⁷ Associação de praças dos quadros de taifeiros da Marinha (especialidades como: cozinheiro e arrumador), fundada em 2 de julho de 1959 e reconhecida desde então pela administração naval.

⁴⁸ Paulo Fernando Santos da Costa, natural do Rio Grande do Sul, ingressou na Marinha no ano de 1961 através da Escola de Aprendizes Marinheiros de Santa Catarina (EAMSC) e foi membro da AMFNB até abril de 1964, quando esta teve suas atividades encerradas por ordem da alta administração naval. Neste mesmo ano Paulo Fernando foi expulso da Marinha e voltou a residir na cidade de Rio Grande-RS, onde, segundo ele, continuou a ser «observado» pelas forças repressoras.

⁴⁹ O entrevistado refere-se aqui aos trajes civis, ou seja, não estar trajando a farda da Marinha.

⁵⁰ Termo empregado na cidade do Rio de Janeiro para designar viatura policial dotada de compartimento para transporte de presos.

fardado não podia estar depois da meia-noite na rua. Chega o camburão⁵⁰ e vinha com a escolta de fuzileiros e recolhia. Eu mesmo fui recolhido duas vezes pro presídio naval e depois no outro dia de manhã era liberado entendeu? Então era uma série de regras, você não podia casar, o pessoal não podia, era proibido casar. Então tinha uma série de reivindicações que a associação fazia, servir, por exemplo em locais de origem. [...]

Neste sentido, cabe ainda destacar o seguinte trecho da narrativa do «Entrevistado A»:

[...] Essa associação foi fundada, então, o que é que eles faziam. Na época a Marinha não queria, não queria que fosse fundada a associação, só que no regulamento, não tinha regulamento dizendo que o marinheiro não podia ter uma associação, então eles se pegavam naquilo. E aí, aí fundaram. E o que que eles faziam? Descontar em folha não podia. O cara ir pagar era difícil o cara ir lá pagar... Então eles tinham, tinha uns caras lá que cobravam, tinha uns talão lá não sei como é que eles faziam, os cara cobravam, eu algumas vezes até cooperei. Algumas vezes porque eu andava sempre na pior, aí cooperei. Mas eu nunca fui, eu nunca entrei na associação. E o Anselmo, que era o presidente da associação, eu fui conhecer ele na época da revolução. [...] E aí, bom eu nunca cheguei a participar de reunião nenhuma na associação. [...]

Nas palavras do «Entrevistado A», é possível observar a unidade e o sentimento de pertencimento daqueles militares em relação à AMFNB, pois, mesmo dispondo de poucos recursos devido aos baixos salários, muitos deles contribuía com doações financeiras e com o pagamento das mensalidades, mesmo diante da proibição de recolhimento diretamente em folha de pagamento. Diante do exposto, cabe problematizar este comprometimento dos marinheiros com a Associação, tendo em vista que a mesma não era reconhecida pela administração naval e, deste modo, estariam eles passíveis de punição ao contribuírem financeiramente ou se envolverem em suas atividades. Mesmo negando uma participação efetiva na AMFNB, «Entrevistado A», assim como muitos outros marinheiros e fuzileiros, contribuíram para o crescimento e o fortalecimento da Associação, além de terem feito parte do seu processo de radicalização. Entendemos que a importância conferida por aqueles militares à AMFNB, se deve ao facto de esta associação representar um meio de aqueles homens se manifestarem enquanto grupo e, ainda, uma oportunidade de terem suas demandas atendidas pela administração naval. No que concerne às negações presentes no trecho de entrevista acima, quanto a ser membro da associação, conhecer o «cabo» Anselmo ou ainda quanto a ter participado de reunião na AMFNB, foram recorrentes durante toda a entrevista com «Entrevistado A». Esta recorrência em negar qualquer participação na mobilização dos marinheiros junto à associação, denota se tratar de tema ainda em aberto e em certa medida traumático para o ex-militar entrevistado. Tendo em vista sua trajetória na Marinha e, sobretudo, as consequências advindas de sua participação na assembleia comemorativa do segundo aniversário da associação, realizada em 25 de março de 1964, que abordaremos mais adiante. Estas negações e, sobretudo os «não ditos», ficam evidentes também no trecho a seguir, quando o entrevista-

tado é questionado sobre conhecer o «cabo» Anselmo e sobre sua participação na supra-mencionada assembleia. A ideia de Michael Pollak⁵¹ de que o passado é incessantemente reinterpretado em função das batalhas do presente e do futuro, nos auxilia a analisar essas negações e os «não ditos» enquanto partes da representação de um passado fundamentada nas demandas do presente.

[...] *Conheci lá no dia da, da reunião lá, da reunião. Foi esse dia que conheci ele. Mas aí eu fui conhecer ele nessa reunião. Inclusive essa reunião que foi a primeira e a última que eu fui, eu até não ia ir a essa reunião. Porque eles não disseram que era uma reunião. Eles disseram que ia comemorar... ah é, foi em 63, que eles disseram que ia comemorar o primeiro aniversário da associação. É acho que foi em 31 de março de 63 que deve ter sido fundada. Aí um rapaz me convidou: «Ah vamo lá, vamo lá!» / «Não, não to afim de ir.» / «Não, vamo lá, porque vai ter comes e bebes, vai ter mulher, vai ter dança.» Bah, aí foi me entusiasmando aí acabei indo. Mas nem a essa reunião eu ia ir. E acabei indo, participei da reunião lá. Inclusive, saí de lá preso pro Exército, eu e muitos saíram preso de lá pro... parece que foi pro primeiro Exército, é ali perto em São Cristóvão⁵². Aí, aí saímos de lá preso pro primeiro Exército. [...] [Grifos meus]*

Mas, ainda sobre o gradual processo de mobilização dos marinheiros, considero que o não reconhecimento das reivindicações dos mesmos, por parte da alta administração naval, mais especificamente o Conselho do Almirantado. A negativa em abrir negociação em torno das reivindicações dos marinheiros e o «rótulo» de comunista, agitador, indisciplinado e subversivo, atribuídos ao movimento e a seus integrantes, contribuiu para uma acentuada radicalização dos mesmos. Distanciando-se do almirantado e travando uma «batalha» pública no cenário político nacional ao apoiar as propostas reformistas do presidente João Goulart e tratar publicamente de questões políticas⁵³ de amplitude nacional.

Os posicionamentos políticos das Forças Armadas, quando manifestados publicamente, eram realizados através de seus respectivos Clubes Militares, estes posicionamentos, sobretudo nos meses que antecederam o golpe em 1964, cada vez mais denotavam uma crise acentuada no seio da força naval, diante de manifestações públicas de caráter político dos marinheiros. Tal situação pode ser melhor evidenciada no artigo assinado pelo marinheiro Antônio Duarte dos Santos, intitulado «A responsabilidade do militar», publicado na edição do dia 12 de fevereiro de 1964 do jornal da AMFNB, no qual ele dizia:

[...] *em países como o nosso, subsiste uma acentuada e violenta discriminação, particularmente em nossas Forças Armadas. A própria natureza da sociedade neocolonialista proporciona este implacável método separativista. Tudo isso fundamentado na torpe mentira da fraternidade e equidade de direitos inexistentes. [...] Antes de mais nada queremos crer que é indispensável modificar este velho ponto de vista do «militar disciplinado» e alheio aos problemas de*

⁵¹ POLLAK, 1989: 9-10.

⁵² Bairro próximo da região central da cidade do Rio de Janeiro.

⁵³ Conduta considerada como contravenção disciplinar de acordo com o item 70 do Art. 7º do Regulamento Disciplinar para a Marinha.

*sua pátria, porque os problemas de sua pátria são os problemas de seu país e irmãos [...] o militar tem que estar atento a todos estes problemas, do contrário ficará relegado a simples objeto de repressão de seu povo, do contrário o militar continuará sempre tendo suas ações limitadas por este pensamento belicista e retrógrado. Devemos ou não lutar contra essa dominação de nossa consciência?*⁵⁴

No trecho acima, considero importante ressaltar a demanda por igualdade de direitos dentro da categoria e a própria ampliação do movimento dos marinheiros, ao propor a modificação da figura do «militar disciplinado» e estranho aos «problemas de sua pátria». Estas colocações do marinheiro Antônio Duarte denotam uma gradual radicalização do movimento, bem como, a consciência do tipo de cidadania que lhes era apresentada e aquela a qual almejavam, com representatividade política e acesso a direitos como educação.

Neste sentido, mobilização política e a manifestação pública dos marinheiros entre os anos de 1962 e 1964 descortinava a existência de um conflito social acentuado na Marinha, também desfazia a ideia de unidade dos militares junto à opinião pública. A divergência em termos de posicionamento político no interior da cúpula militar, por mais radical que fosse – como no episódio da sucessão de Jânio – não era vista como subversão ou quebra da hierarquia e da disciplina. Mas quando esta divergência partia dos praças, ainda que relacionada à questões sociais e às condições de trabalho, atentava aos princípios da disciplina e da hierarquia, evidenciados nos artigos 1.º e 4.º do Regulamento Disciplinar da Marinha (RDM). Consideramos também este um aspeto relevante, uma vez que «a disciplina é inteiriça: não há uma disciplina para oficiais e outra para marinheiros; não há uma disciplina para superiores e outra para inferiores»⁵⁵ tendo em vista que os militares constituem uma única categoria e que, teoricamente, todos estariam sujeitos às mesmas normas e regulamentos disciplinares.

As punições disciplinares aplicadas aos militares eram contabilizadas em um documento chamado «caderneta de registros»⁵⁶, cuja extinção era uma das reivindicações dos marinheiros. Pois, segundo eles, este documento, que é individual para cada militar, era um instrumento poderoso de dominação, já que os registros nele contabilizados ficavam a cargo dos oficiais, os quais muitas vezes, por interesses próprios, poderiam lançar punições por entenderem que o militar «estava com a barba grande» ou com o «sapato não condizente com a farda da Marinha», por exemplo. Ou seja, situações altamente subjetivas, que eram utilizadas de acordo com a simpatia de um oficial por um determinado militar ou de seus interesses pessoais. Esta subjetividade se evidenciava em diversas contravenções disciplinares elencadas no artigo 7.º do RDM, tais como: «responder de maneira desatenciosa ao superior», «portar-se sem compostura em lugar público», «ser

⁵⁴ *A Tribuna do Mar*, 12 fev. 1964. Cf. RODRIGUES, 2004: 93.

⁵⁵ SODRÉ, 2010: 470.

⁵⁶ Documento administrativo comum a todos os militares da Marinha (oficiais e praças) onde se realizava o acompanhamento da carreira do militar, registrando todas as ocorrências relativas ao mesmo, não somente as punições.

descuidado no asseio do corpo e da roupa», «estar fora do uniforme ou tê-lo em desalinho» e «simular doença». De acordo com a contravenção o militar poderia ser punido por seu superior com penas que variavam desde a repreensão, passando pelo impedimento de ausentar-se do quartel ou navio, até a expulsão do serviço à Marinha⁵⁷.

Considerando o fato de que para os militares das graduações inferiores à de terceiro-sargento pudessem continuar servindo à Marinha, estes não poderiam contabilizar, em suas cadernetas-registro, mais de trinta pontos perdidos com punições⁵⁸. Deste modo, estes militares estavam constantemente expostos aos excessos de muitos superiores, que os coagiam ou aplicavam punições como «impedimento a bordo» ou «pagar uma faina⁵⁹ após o expediente», sem que estas fossem contabilizadas em suas cadernetas-registros.

O abismo social presente no seio da força naval brasileira estava no cerne da questão. Associado a isto, temos ainda a inflexibilidade do Conselho do Almirantado em dialogar com os marinheiros, no intuito de buscar respostas para as demandas apresentadas por aqueles militares, estabelecendo um canal de comunicação a fim de contribuir para o fim da crise que se apresentava.

Neste cenário, no dia 24 de março de 1964 o ministro da Marinha, almirante Sylvio Motta determinou a prisão de 12 diretores da AMFNB, pela participação em debates sobre as reformas de base durante uma reunião no Sindicato dos Bancários. Já no dia seguinte, determinou a prisão de mais 40 marinheiros. Este facto não impediu a realização da assembleia do dia 25 de março em comemoração aos dois anos da Associação, porém mudou seu carácter. O que seria um ato festivo transformou-se em uma assembleia permanente diante das notícias de ordens de prisão, da divulgação de que «os militares que vão cumprir a terceira pena disciplinar serão licenciados⁶⁰ após a conclusão do castigo, conforme preceitua o Regulamento Disciplinar⁶¹. Diante dos acontecimentos e da possibilidade de punições em massa caso os marinheiros retornassem aos seus navios ou quartéis, estes iniciaram uma vigília no Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro e declararam-se em assembleia permanente até que suas reivindicações fossem aceitas, começava uma «queda de braço» entre o ministério da Marinha e a Associação. Acerca desta assembleia destaco o seguinte trecho da narrativa de «Entrevistado A»:

[...] Não tinha comes e bebes não tinha nada. A reunião, quando chegamos lá, aí a turma começou a falar, não me lembro a ordem, e como é que foi. Mas eu sei, esse Anselmo era muito bom de... era bom de papo, ele era um cara novo mas bom de papo. Aí ele começou a falar que a associação ia reivindicar e, e falar o que realmente era, dizia: «É porque nós aqui somos uns...» Como é que ele dizia? Que a sociedade não nos aceitava, entendeu? Porque nós levava uma vida, ali no Rio. Pode ver, até nos filmes, esses filmes brasileiro, sempre aparecia marinheiro, nos piores lugar aparecia marinheiro. Porque o cara não tinha dinheiro pra ir num ambiente social!

⁵⁷ Somente aplicada para os praças das graduações de sargento até marinheiros e soldados, conforme o Art.º 13 do RDM.

⁵⁸ Conforme os Art.º 71 e 85 do Regulamento para o Corpo do Pessoal Subalterno da Armada.

⁵⁹ Expressão marinheira que significa «determinar algum serviço».

⁶⁰ Excluídos do serviço na Marinha, conforme os Art. 28 do Regulamento Disciplinar para a Marinha.

⁶¹ Biblioteca Nacional – *Diário de Notícias*, 25 mar. 1964: 3.

Então ele disse que ia reivindicar, que a associação ia reivindicar aumento e que ia reivindicar também pro marinheiro poder casar e mais uma série de reivindicação que eles iam fazer. Aquilo tudo ia ser uma boa pra nós, e aí agente foi se entusiasmando e ficando. Aí daqui a pouco, e isso aí sim foi um erro nosso. Começou a falar os políticos, entrou político. Acho que, não sei se foi o Anselmo que convidou como é que foi. Que não tava previsto, quer dizer, não tava previsto por nós, mas talvez o Anselmo tivesse previsto isso. E a turma levava uma fé tremenda nele sabe. Aí começou a político falar daqui, político falar dali. Aí virou numa política total, e a turma já tava tudo ali dentro.

Aí o clima começou a ficar tenso. E depois a turma tudo muito nova, eu mesmo naquela época tinha 22 anos. Era novo, nunca nem tinha nunca visto falar em política. E nem conhecia político nem coisa nenhuma [...] E aí começaram a falar, mas também eu não, sabe eu não me liguei muito no que eles tava falando, até porque eu não entendia nada de política, entende. [...]

Estando presente à supramencionada assembleia, em sua narrativa o ex-marinheiro nos apresenta uma situação com acentuado grau de espontaneidade, onde sua participação, bem como a de outros marinheiros, estava relacionada com as reivindicações apresentadas pela AMFNB em nome dos seus representados, sem vínculo algum com as questões políticas. O modo como o «Entrevistado A» apresenta em sua narrativa a liderança de Anselmo durante a assembleia e as falas «não previstas» pelos integrantes da associação para aquele instante também denotam sua participação naquele evento. Mas ao analisarmos os desdobramentos que se seguiram ao dia 25 de março no Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro, é possível perceber que mesmo após os pronunciamentos de políticos, como relata «Entrevistado A», e do próprio «cabo» Anselmo, os marinheiros continuaram presentes na assembleia, apoiando a postura de radicalização da AMFNB em relação à alta administração naval e, conseqüentemente, marcando sua aproximação do governo Goulart. Os trechos do discurso proferido pelo «cabo» José Anselmo dos Santos, então presidente da AMFNB, durante a assembleia no dia 26 de março de 1964, evidenciam a postura de radicalização assumida pela Associação naquele instante:

[...] Senhor Presidente, a saudação do povo fardado que, com ansiedade, espera a realização efetiva das Reformas de Base⁶², que libertarão da miséria os explorados do campo e da cidade, dos navios e dos quartéis [...]

[...] Em nossos corações de jovens marujos palpita o mesmo sangue que corre nas veias do bravo marinheiro João Cândido⁶³, o grande Almirante Negro, e seus companheiros de luta que extinguíram a chibata da Marinha. Nós extinguiremos a chibata moral, que é a negação do

⁶² Conjunto de reformas propostas pelo presidente Goulart, entre as quais destacamos as reformas agrária e tributária, o controle dos aluguéis e o voto para analfabetos e praças das Forças Armadas.

⁶³ Marinheiro que liderou um movimento conhecido como «A Revolta da Chibata» no ano de 1910, quando marinheiros da Marinha de Guerra Brasileira se organizaram e assumiram o controle de algumas belonaves, entre as quais o Encouraçado Minas Gerais, que era um dos mais modernos e poderosos vasos de guerra à época. Nesta revolta os marinheiros, liderados por João Cândido, reivindicavam principalmente o fim dos castigos corporais a que eram submetidos na força naval, com destaque para as chibatadas, mas também reivindicavam melhores condições de trabalho a bordo dos navios e quartéis, melhorias salariais e na carreira. Os marinheiros revoltosos ameaçaram bombardear a cidade do Rio de Janeiro, capital da jovem República do Brasil, chegando a realizar disparos de canhão contra a mesma. Por sua liderança e destaque na Revolta da Chibata, João Cândido ficou conhecido pelo apelido de Almirante Negro.

nosso direito de voto e de nossos direitos democráticos. Queremos ver assegurado o livre direito de organização, de manifestar o pensamento, de ir e vir. Defendemos intransigentemente os direitos democráticos e lutamos pelo direito de viver como seres humanos. Queremos, na prática, a aplicação do princípio constitucional: «todos são iguais perante a lei». Nós, marinheiros e fuzileiros navais, reivindicamos: reforma do Regulamento Disciplinar da Marinha, regulamento anacrônico que impede até o casamento; não interferência do Conselho do Almirantado nos negócios internos da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil; reconhecimento pelas autoridades navais da AMFNB; anulação das faltas disciplinares que visam apenas a intimidar os associados e dirigentes da AMFNB [...]

*[...] Iniciamos esta luta sem ilusões. Sabemos que muitos tombarão para que cada camponês tenha direito ao seu pedaço de terra, para que se construam escolas, onde nossos filhos possam aprender com orgulho a história de uma Pátria nova que começamos a construir [...]*⁶⁴

A coesão de marinheiros e fuzileiros navais em torno das suas reivindicações junto à alta administração naval pode ser melhor observadas no relato do «Entrevistado A» acerca do modo como se encerrou a assembleia da AMFNB em março de 1964:

[...] Aí foi ficando tenso, não, aí ficou tenso, aí os almirante mandaram um batalhão de fuzileiros naval pra nos tirar de lá. Eles, os políticos não sei quem, contrataram a reportagem, a reportagem já tava toda em cima, toda em cima. Aí mandaram um batalhão de fuzileiro naval nos tirar de lá. Aí a turma trancou o portão lá, «ninguém vai sair, ninguém vai sair» e a turma já tava também embalada, entendeu. Aí ficou, aí os fuzileiros chegaram lá, o Anselmo fez um falatório lá, o cara era bom de papo mesmo, fez um falatório lá. Sabe o que que aconteceu? Os fuzileiro naval largaram as armas no chão e aderiram à revolução⁶⁵ [Grifo meu], entraram pra dentro do sindicato também. [...] Muita gente entrou, muitos entraram. E aí, aí mandaram o Exército. Mas nesse meio tempo veio o general Assis Brasil, que parece que era assessor do presidente. Veio e falou com o Anselmo. Aí o Anselmo chegou e disse que era pra nós se entregar, por que ele já tinha resolvido tudo e que era pra nós se entregar. Aí começou a encostar viatura do Exército lá e a turma ia embarcando, embarcando e nos mandaram preso lá pro Exército⁶⁶. [...]

A questão da «quebra da hierarquia e da disciplina» fora amplamente explorada pelos golpistas em detrimento das reivindicações dos integrantes da AMFNB, que, conforme exposto nos trechos do discurso do «cabo» Anselmo, anteriormente transcrito, não mais se limitavam às questões afetas à carreira, condições de trabalho e direitos dos marinheiros.

A partir da efetivação do golpe civil-militar, ainda nos primeiros dias do mês de abril de 1964, fora desencadeada a chamada «operação limpeza», na qual foram «caçados» todos aqueles que de alguma forma apoiaram o governo Goulart. Enquanto no meio civil

⁶⁴ Arquivo pessoal do ex-fuzileiro Paulo Novaes Coutinho. Cf. RODRIGUES, 2004: 109-110.

⁶⁵ Aqui o entrevistado faz referência à mobilização dos marinheiros dentro do Sindicato dos Metalúrgicos no Rio de Janeiro.

⁶⁶ Os marinheiros presos no sindicato dos metalúrgicos, após o término da assembleia da AMFNB, foram recolhidos ao Batalhão de Guardas, quartel do Exército Brasileiro situado no bairro de São Cristóvão, próximo à região central da cidade do Rio de Janeiro.

a operação limpeza foi conduzida de maneira implacável, na Marinha não fora diferente, ainda no dia 3 de abril o então empossado ministro da Marinha, almirante Augusto Hamann Rademaker Grünewald, determinava a instauração de inquérito para apurar os fatos ocorridos na assembleia da AMFNB do dia 25 de março. No dia 8 de abril comunicou a expulsão da diretoria da associação da Marinha. E, dois dias depois, o ministro expulsou 26 fuzileiros, que depuseram as suas armas por ocasião do cerco ao Sindicato dos Metalúrgicos do Estado do Rio de Janeiro no dia 26 de março. Visto que, naquela ocasião, não haviam cumprido a ordem de debelar a assembleia permanente da AMFNB que lá se instaurara. As ordens de prisão de membros da diretoria foram encaminhadas às delegacias, incumbindo o DOPS⁶⁷ e o CENIMAR⁶⁸ de encontrá-los e aprisioná-los. A 29 de julho a União entrava com um mandado para averbação de dissolução da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil, que no dia 23 de novembro fora julgado procedente pelo juiz Renato Lomba, determinando o fim das atividades da associação dos marinheiros.

O modo como se deu a repressão aqueles militares que de alguma maneira se envolveram com a AMFNB, bem como, o caráter pedagógico das punições para o restante dos marinheiros, fica evidente quando analisamos a narrativa do «Entrevistado A» acerca do modo como fora expulso da Marinha e a perseguição a que foi submetido anos depois, já em sua cidade natal, Pelotas no estado do Rio Grande do Sul (RS):

[...] Aí voltei pro navio. Aí, não me lembro quanto tempo depois, sei que foi pouco tempo depois. Só sei que eles nos chamaram no Ministério da Marinha, que na época era no Rio ali na beira do cais. Nos chamaram aí nós fizemos nosso depoimento⁶⁹, aí passou mais uma semana e depois nos mandaram pro quartel. Aliás mandaram a turma pro quartel. E eu eles não tinham me mandado pro quartel. Eu tinha pedido, tinha um desembarque para São Pedro da Aldeia⁷⁰ e eu pedi para desembarcar pra lá. Só que eu tinha que passar pelo quartel pra ir prá lá. Aí cheguei no quartel, a turma tava tudo lá e começaram a dizer, que a turma chamava o pessoal do rabo, o pessoal do rabo era o pessoal que tava pra ir pra rua por causa da política. Aí começaram a dizer: «Ó lá na turma do rabo quando faz a chamada, chama o teu nome também, vê o que você vai fazer». Aí eu disse, sabe de uma coisa, vou falar com eles. Fui falar com o oficial lá. Aí o meu nome tava lá, e eu não fui mais pra onde eu ia. E fui pra turma do rabo, e aí fui pra rua. Aí me mandaram embora, aí eu voltei pra Pelotas. Meu irmão também mandaram embora, que ele tava na assembleia também.

Aí depois, não sei quantos anos depois, eu estava trabalhando no Fonseca Júnior⁷¹, na oficina. Aí quando eu vi chegou a caminhonete da civil me prendendo, que eu tinha sido condenado a 5 anos e 3 meses, me condenaram a revelia. Assim como condenaram outros a revelia também. Quer dizer, fizeram a coisa tudo, acho que foi tudo errado. Primeiro lugar, eles pri-

⁶⁷ Delegacia de Ordem Política e Social.

⁶⁸ Centro de Informações da Marinha.

⁶⁹ Referente ao Inquérito Policial Militar instaurado para apurar os fatos ocorridos no sindicato dos metalúrgicos do Rio de Janeiro entre os dias 25 e 27 de março de 1964.

⁷⁰ Cidade litorânea do Estado do Rio de Janeiro.

⁷¹ Empresa de transporte rodoviário urbano da cidade de Pelotas-RS.

meiro tinham que nos condenar para depois nos mandar embora. Eles fizeram o seguinte, nos mandaram embora e depois nos condenaram. Quer dizer, então quando eles nos mandaram embora nós já tava condenado. [...]

Mesmo após a expulsão da Marinha, sem ser submetido a qualquer procedimento administrativo para julgar sua culpabilidade, o que ia de encontro às normas vigentes na força naval, «Entrevistado A» ainda foi preso na cidade de Pelotas sob a acusação de subversão. A situação vivenciada pelo «Entrevistado A», como desdobramento da mobilização dos marinheiros, nos indica o alcance e a forma como foi realizada a operação limpeza nos quadros da Marinha, especialmente no que concerne aos praças nas graduações iniciais que de algum modo se envolveram com a AMFNB e com suas reivindicações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de radicalização da Associação de Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil acompanhou o grau de inflexão do Conselho do Almirantado em dialogar com os marinheiros a fim de reconhecer as suas demandas de ordem social. Acompanhou também o processo de acentuada politização de seus membros, o contexto político interno e externo, e, sobretudo, as perseguições implementadas pela alta administração naval ao movimento dos marinheiros, que levaram o mesmo a radicalizar-se junto às esquerdas em defesa do governo Goulart. Desse modo, é possível observar que os desdobramentos da mobilização dos marinheiros a partir de 1962 não foram conduzidos pela vontade dos governantes ou dos comandantes navais, nem pelas ações e posicionamentos das lideranças da AMFNB, mas constituem parte integrante do processo de construção da identidade deste segmento social específico. Destacamos, ainda, as contradições da abordagem historiográfica tradicional sobre os marinheiros da Marinha de Guerra Brasileira e suas mobilizações, onde são trabalhadas apenas questões afetas à participação daqueles militares no cenário político nacional e os desdobramentos deste envolvimento, em detrimento de questões sociais ligadas a direitos e condições de vida, além de aspectos relativos à carreira e condições de trabalho. Ainda no que concerne à abordagem historiográfica tradicional sobre estes militares, consideramos que existe um silenciamento historiográfico acerca desse segmento social, especialmente durante os períodos em que os mesmos não figuram na cena política no Brasil. Este silenciamento tem contribuído para que as especificidades deste segmento militar ainda figurem no âmbito do imaginário popular.

Por fim, consideramos que as demandas sociais de um grupo submetido a séculos de preconceito, violência e cerceamento de direitos, os levaram a compreender as suas origens e o cenário do qual eram parte. Cientes de sua força, os marinheiros buscaram junto aos altos escalões do governo brasileiro as mudanças necessárias para que pudessem transformar aquela realidade a qual estavam submetidos. Por esta razão foram taxados de subversivos e indisciplinados, foram perseguidos e presos, alguns mortos, e seu movimento, bem como, suas demandas e capacidade de reflexão e mobilização política, foram submetidos a um relativo «esquecimento» histórico.

O presente artigo procurou contribuir para uma melhor compreensão dos integrantes do movimento dos marinheiros de 1964 enquanto sujeitos do processo histórico, buscando ainda, através da memória reavivada de um de seus representantes, suscitar novas pesquisas que venham a iluminar cada vez mais esse período ainda tão nebuloso da história do Brasil.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Anderson da Silva (2010) – *Todo leme a bombordo – marinheiros e ditadura civil-militar no Brasil: da Rebelião de 1964 à Anistia*. Niterói: Universidade Federal Fluminense – UFF. Dissertação de mestrado.
- BERSTEIN, Serge (1998) – *A cultura Política*. In RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François, org. – *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa.
- CANDAU, Joel (2014) – *Memória e identidade*. São Paulo: Contexto.
- CHAUÍ, Marilena (1995) – *Convite à Filosofia*. São Paulo: Ática.
- DELGADO, Lucília de Almeida Neves (2006) – *História Oral – Memória, tempo identidades*. Belo Horizonte: Autêntica.
- GINZBURG, Carlo (1991) – *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras.
- HALBWACHS, Maurice (2003) – *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro.
- JANOTTI, Maria de Lourdes (2011) – *O livro fontes históricas como fonte*. In PINSKY, Carla Bassanezi, org. – *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto.
- LABORIE, Pierre (2009) – *Memória e opinião*. In AZEVEDO, Cecília; ROLLEMBERG, Denise; KNAUSS, Paulo; BICALHO, Maria Fernanda Baptista; QUADRAT, Samantha Viz, org. – *Cultura política, memória e historiografia*. Rio de Janeiro: FGV.
- LUCA, Tania Regina de (2011) – *História dos, nos e por meio dos periódicos*. In PINSKY, Carla Bassanezi, org. – *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto.
- POLLAK, Michel (1989) – *Memória, Esquecimento, Silêncio*. «Estudos Históricos», vol. 2, n.º 3. Rio de Janeiro, p. 4.
- (1992) – *Memória e identidade social*. «Estudos Históricos», vol. 5, n.º 10. Rio de Janeiro, p. 200-212.
- PORTELLI, Alessandro (1997) – *Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na História Oral*. «Projeto História», vol. 15. São Paulo.
- (2006) – *O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum*. In AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes, org. – *Usos e abusos da história oral*. 8.ª edição. Rio de Janeiro: FGV.
- NASCIMENTO, Álvaro Pereira do (2008) – *Cidadania, cor e disciplina na Revolta dos Marinheiros de 1910*. Rio de Janeiro: Mauad.
- REIS, Daniel Aarão (2004) – *Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória*. In REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá, org. – *O golpe e a ditadura militar 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru: EDUSC.
- RÉMOND, René (2003) – *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV.
- RODRIGUES, Flávio Luís (2004) – *Vozes do mar, o movimento dos marinheiros e o golpe de 1964*. São Paulo: Cortez.
- ROLLEMBERG, Denise (2009) – *Ditadura, intelectuais e sociedade: O Bem-Amado de Dias Gomes*. In AZEVEDO, Cecília; ROLLEMBERG, Denise; KNAUSS, Paulo; BICALHO, Maria Fernanda Baptista; QUADRAT, Samantha Viz, org. – *Cultura política, memória e historiografia*. Rio de Janeiro: FGV.
- SODRÉ, Nelson Werneck (2010) – *História militar do Brasil*. São Paulo: Expressão Popular.
- THOMPSON, Edward P. (2001) – *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. In NEGRO, Antônio Luigi; SILVA, Sérgio, orgs. Campinas: Editora de Uncamp.
- WOODWARD, Kathryn (2014) – *Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual*. In SILVA, Tomaz Tadeu, org. – *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes.

ENTREVISTAS

«Entrevistado A» (ex-marinheiro) – Entrevista realizada pelo autor, em 21 de novembro de 2013, nas dependências do Núcleo de História Regional, no Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas, no bairro Centro, cidade de Pelotas-RS.

Paulo Fernando da Costa (ex-marinheiro) – Entrevista realizada pelo autor, em 2 de novembro de 2013, na residência do entrevistado no bairro Cassino, cidade de Rio Grande-RS.

LIVROS DE MEMÓRIA

CAPITANI, Avelino Biden (1997) – *A rebelião dos marinheiros*. Porto Alegre: Artes e Ofícios.

DUARTE, Antônio (2005) – *A luta dos marinheiros*. Rio de Janeiro: Inverta.

FONTES PERIÓDICAS

Diário de Notícias, 25 mar. 1964.

O Globo, 28 mar. 1964.

A Tribuna do Mar, 12 fevereiro de 1964 (AMFNB).

WEBGRAFIA

Associação dos Taifeiros da Armada. Disponível em <<http://www.taifeirosdaarmada.org.br/estatuto.pdf>>. [Consulta realizada em 27/07/2014].

Projeto Brasil Nunca Mais. Disponível em <<http://bnmdigital.mpf.mp.br/#/>>. [Consulta realizada em 27/07/2014].

LEGISLAÇÃO

BRASIL. Decreto n.º 28.880, de 20 de Novembro de 1950. Aprova o regulamento do Corpo do Pessoal Subalterno do Corpo de Fuzileiros Navais. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-28880-20-novembro-1950-331832-publicacaooriginal-1-pe.html>>. [Consulta realizada em 27/07/2014].

BRASIL. Decreto n.º 44.061, de 23 de Julho de 1958. Aprova o Regulamento para o Corpo do Pessoal Subalterno da Armada. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-44061-23-julho-1958-383220-publicacaooriginal-1-pe.html>>. [Consulta realizada em 27/07/2014].

BRASIL. Decreto n.º 38.010, de 13 de Dezembro de 1987. Dá nova redação para a Ordenança Geral para o Serviço da Armada. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-95480-13-dezembro-1987-446244-publicacaooriginal-1-pe.html>>. [Consulta realizada em 27/07/2014].

BRASIL. Decreto n.º 95.480, de 13 de Outubro de 1955. Aprova o Regulamento Disciplinar para a Marinha. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-38010-5-outubro-1955-335377-publicacaooriginal-1-pe.html>>. [Consulta realizada em 27/07/2014].

BRASIL. Decreto n.º 22.070, de 10 de Novembro de 1932. Aprova o Regulamento do Conselho do Almirantado. Disponível em <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=151878>. [Consulta realizada em 28/07/2014].

